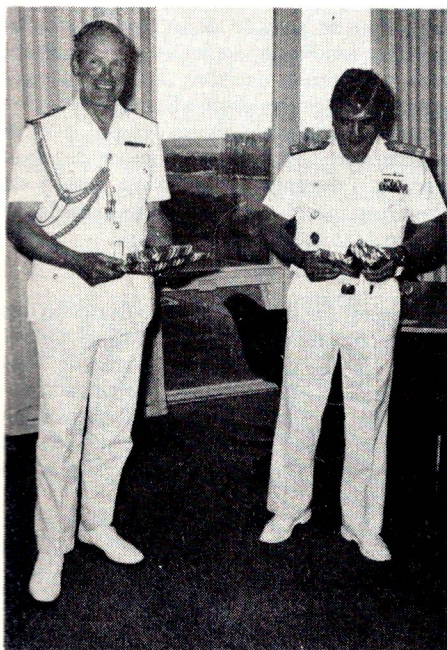


Nesta Edição

- Condecorados Participantes da 2.^a Invernação Antártica
- NApOC "BARÃO DE TEFFÉ" tem Novo Comandante
- CMG Lucimar Assume Funções de Secretário-Adjunto

1.º Lorde do Almirantado visita a SECIRM



Dentro da programação oficial de sua visita ao Brasil, o Almirante Sir William Staveley, 1º Lorde do Almirantado (Chefe do Estado-Maior da Armada) do Reino Unido, visitou a SECIRM na tarde do dia 16 de maio.

Na ocasião, após ser formalmente recebido, foi convidado a dirigir-se à Sala de Reunião, em que o Secretário teve oportunidade de fazer-lhe apresentação circunstanciada das atividades da CIRM. O ilustre visitante manifestou, em suas perguntas, interesse especial por PROANTAR e GERCO, tendo proferido palavras muito elogiosas à estrutura brasileira de gestão dos Recursos do Mar.

Seguiu-se momento de agradável convívio social, em que se trocaram brindes e expressões de amizade, simpatia e respeito entre os representantes das grandes instituições que então se encontravam.

- Os Almirantes STAVELEY e TASSO trocam brindes.

Sancionada a Lei do Gerenciamento Costeiro

O Diário Oficial da União de 18 de maio de 1988 publicou o texto da Lei nº 7.661, de 16 de maio, que "institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências."

A publicação desse diploma legal dá partida a diversas ações decorrentes, entre as quais se coloca a criação de um Grupo de Coordenação, de nível federal, para elaborar, sob direção da SECIRM, o Plano Nacional e orientar sua aplicação.

A filosofia básica de descentralização permeia, de forma coerente, os treze artigos da Lei, articulada à, sempre presente, harmonização entre o estabelecido pelas políticas nacionais de Recursos do Mar e de Meio Ambiente.

Um dos pontos fundamentais da nova Lei é, sem dúvida, a clara definição do uso público das praias, que permitirá a coibição de abusos que se vêm observando ao longo do tempo.

O texto agora transformado em Lei é resultante de um longo e penoso trabalho, coordenado pela SECIRM, em função do qual, desde 1982, vêm sendo ouvidos não só especialistas renomados, mas também, segmentos representativos da opinião pública. O processo que resultou nesta Lei, verdadeira e solidamente democrática, já que atendendo aos legítimos anseios das comunidades litorâneas e aos mais elevados interesses nacionais, culminou com a aprovação dos seus termos nos âmbitos da CIRM e do CONAMA, e com ampla discussão no próprio Congresso Nacional, em promoção do chamado "grupo ambientalista".

Desse modo, o consenso que caracteriza a Lei do Gerenciamento Costeiro há de respaldar as ações administrativas federais, estaduais e municipais pertinentes, garantindo o êxito de sua aplicação.

Incorporado o Navio Oceanográfico "Almirante Álvaro Alberto"

A Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar e os Fundos Marinhos

Realizou-se em Kingston, Jamaica, no período de 14 de março a 08 de abril de 1988, a VI Sessão da Comissão Preparatória para Implementação da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional do Direito do Mar (ComPrep).

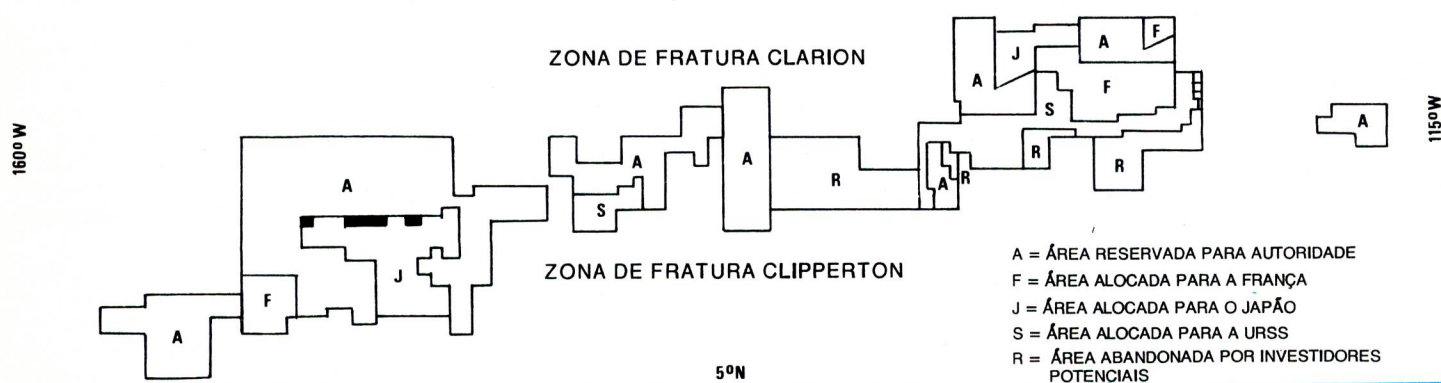
Durante a sessão de verão de Kingston, a ComPrep concentrou-se, basicamente, na análise do disposto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, especificamente quanto à Parte XI, à Resolução

II e ao Anexo III, respectivamente, a "Área" (fundos marinhos e seu subsolo, onde os recursos naturais são considerados patrimônio comum da humanidade), "Investimentos preparatórios nas atividades pioneiras relacionadas com nódulos polimetálicos", e "Condições básicas para a prospecção, exploração e aproveitamento".

Em reunião do Plenário, o Presidente da ComPrep comunicou, oficialmente, o registro de França, Japão e União Soviética como "investidores pioneiros", o que lhes

confere certos privilégios em relação ao exercício de atividades de mineração oceânica na Área, mas também os contempla com obrigações a serem cumpridas, sobretudo quanto à transferência de tecnologia e à formação de pessoal. A Índia, primeiro país "investidor pioneiro", teve seu registro aprovado em dezembro de 1987. Abaixo, é apresentado diagrama, em que estão identificadas as áreas reservadas, no Oceano Pacífico, à França, ao Japão e à União Soviética.

DISPOSIÇÃO DE ÁREAS SEGUNDO DECISÃO DO COMITÊ GERAL DA COMISSÃO PREPARATÓRIA PARA REGISTRO DA FRANÇA, JAPÃO E UNIÃO SOVIÉTICA COMO INVESTIDORES PIONEIROS



A CIRM, valendo-se do fato de que o Brasil poderá reivindicar registro como "investidor pioneiro" até a data de entrada em vigor da Convenção (primeiros anos da próxima década), desenvolve atividades, no momento, visando ao estudo da oportunidade e da conveniência de o nosso País vir a concretizar tal registro.

O assunto de maior relevância tratado pela ComPrep, na sessão de Kingston, foi o moroso e complexo processo de negociação, com os "investidores pioneiros" registrados, sobretudo dos aspectos de

transferência de tecnologia e formação de pessoal. Evidenciaram-se, claramente, posições antagônicas entre os componentes do "Grupo dos 77" (países em desenvolvimento) e os "investidores pioneiros" registrados. Estes argumentaram que somente deve ser transferida a tecnologia não disponível no "open market", assim mesmo restrita às fases de prospecção e exploração, sendo excluída, portanto, a tecnologia de processamento (beneficiamento) dos nódulos polimetálicos.

As discussões sobre o processo de negociação entre o "Grupo dos 77" e os investidores situaram-se num plano de abordagem preliminar, não tendo sido alcançado qualquer tipo de solução definitiva. Em razão de haver tendência, no âmbito da ComPrep, para se obterem decisões na base do consenso, as referidas discussões deverão prolongar-se por mais algum tempo, e terão continuidade, em nível de maior detalhamento, durante a próxima sessão da ComPrep, prevista para o período de 15 de agosto a 02 de setembro de 1988.

"Despedida"

"Embora sinta a sensação de desfecho, de consumação da jornada, de fim de cumprimento da missão, não tenho a impressão de viver inapelável despedida". Com essas palavras, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Fernando Manoel Fontes Diegues iniciou sua mensagem de despedida do comando do Navio de Apoio Oceanográfico "Barão de Teffé", ocorrida dia 20 de maio passado.

O Comandante Diegues, que fora exonerado pela Portaria nº 1.050 do Ministério da Marinha, em cumprimento à Ordem de Serviço do Diretor de Hidrografia e Navegação, passou o comando do "Barão de Teffé" ao Capitão-de-Mar-e-Guerra

Francisco José Penido Sales.

Na oportunidade, o Comandante Diegues agradeceu ao seu superior imediato, Contra-Almirante Paulo César de Aguiar Adrião, pelos incentivos e sempre corretas orientações, o que lhe transmitiu sempre a segurança necessária e indispensável para o bom desempenho da função de Comandante. Agradeceu, também, o desvelo e a eficiência no apoio prestado, durante seu Comando, pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, cujo pessoal jamais poupou esforços para garantir ao "Barão de Teffé" suas melhores condições de pleno emprego.

Ressaltou, ainda, que a sempre atenta colaboração e o irrestrito apoio recebido da Secretaria Interministerial para os Recursos do Mar foram de grande relevância para o sucesso das atividades e pesquisas científicas de que participou. E que jamais

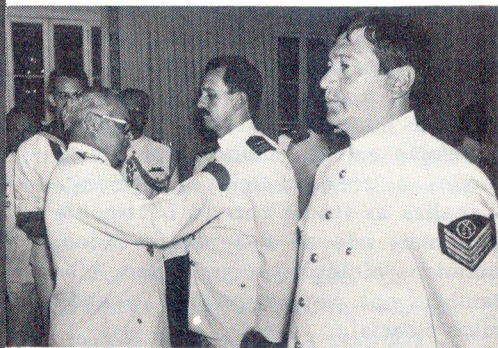
esquecerá que o bem sucedido desfecho das navegações relativas às "Operações Antárticas", em que comandou o "Barão de Teffé", alicerçou-se, sobretudo, no elevado espírito de disciplina, senso de responsabilidade e inigualável dedicação ao serviço dos militares que formam a atual tripulação do nobre navio.

Finalizando, o Comandante Diegues pediu a proteção de Deus para o Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco José Penido Sales, a quem definiu como oficial de escol e de reconhecido valor marinho. E arrematou: "Estará sempre gravada em minha memória a imagem do Navio Barão de Teffé, e de todos aqueles que, pela sua coragem, pela energia de suas vontades e pela generosidade de seus corações, honram a Marinha, por levarem, cada vez mais longe, a bandeira do Brasil."

Marinha Distingue Participantes da 2.^a Invernação Antártica



O Almirante Henrique Sabóia, Ministro da Marinha, através da Portaria nº 0325 de 07/04/88, condecorou, com a Medalha Naval de Serviços Distintos, os seguintes participantes da 2.^a invernação brasileira na Antártica: Capitão-de-Fragata Antônio José Teixeira; Capitão-Tenente (MD) Carlos Cyrillo Dorgouth Caregal; 2.^o SG-CO Francisco das Chagas Lima; 2.^o SG-ET



• Ministro Sabóia condecora Agradados com a Medalha Naval de Serviços Distintos.

José de Arimatéia e Silva; o 3.^o SG-FN-EG Baltazar da Silva Santos; Físico Peter Joseph Barry e Técnico-Eletrônica Ivan Oldrich Geier Vila.

Ao conceder tal honraria, a Marinha do Brasil dá o testemunho público do seu reconhecimento, a esses bravos, pelos relevantes serviços prestados ao Programa Antártico Brasileiro, ao encerrarem, com absoluto sucesso, todas as atividades que lhes foram confiadas, na Estação Antártica "Comandante Ferraz", por ocasião da segunda invernação brasileira no continente austral.

Não obstante as condições climáticas extremamente inóspitas daquele extremo e o confinamento e o isolamento decorrentes daquela situação singular, não houve obstáculos suficientes, para impedir o cumprimento das tarefas que a essa equipe foram confiadas e que, de forma tão cabal, foram cumpridas.

A esses patrícios que, de forma exemplar, honraram nossa Nação, os nossos mais sinceros e efusivos parabéns pelo belo exemplo de dedicação, garra e vontade, assim como pela merecida medalha recebida.

Levantamento da Plataforma Continental Brasileira

No dia 06 de junho de 1988, em cerimônia realizada na Base Naval do Rio de Janeiro, o Navio Oceanográfico "ALMIRANTE ÁLVARO ALBERTO" foi incorporado à Armada, e, a partir de julho do corrente ano, passará a ser empregado, especificamente, no levantamento da plataforma continental brasileira (na mesma ocasião, era também incorporado o NOC ANTARES).

Em sua Ordem-do-Dia, além de destacar as principais características do navio, disse o Chefe do Estado-Maior da Armada: "A incorporação do Navio Oceanográfico ALMIRANTE ÁLVARO ALBERTO à Armada representa uma expressiva contribuição da Marinha para o esforço desenvolvido pelo país com o propósito de ampliar o conhecimento do mar e dos leitos marinhos. É importante ressaltar que o Brasil é signatário da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, também chamada Convenção da Jamaica. Esse documento, recentemente ratificado pelo Congresso Nacional, poderá conferir a nosso país direitos de exploração e exploração de recursos do mar, leito e subsolo marinhos, acrescentando ao país uma superfcie considerável desde que perfeitamente caracterizadas as novas fronteiras do Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental. O NOC ALMIRANTE ÁLVARO ALBERTO, capacitado a executar trabalhos geofísicos, realizará uma parcela significativa nessa tarefa. Considero a escolha do nome deste navio uma justa homenagem da Marinha e o reconhecimento do Brasil ao ilustre Almi-

rante ÁLVARO ALBERTO DA MOTA E SILVA, que, desde 1946, na Comissão Internacional de Energia Atômica da ONU e, posteriormente, no Conselho Nacional de Pesquisas, pugnou, de forma íntegra e com admirável competência, para resguardar os direitos do país em pesquisar, conhecer e explorar seus recursos, em benefício dos brasileiros".

Dotado de Sistema de Navegação Integrado (SIN) tipo WISDON, sismógrafo DFS-V, sincronizador de canhões, cabo

sismográfico analógico com 3.000 m de seções ativas (máximo de 120 canais), 24 canhões-de-ar com volume total de 4.000 cu.in e pressão operacional de 1.800 psi, gravímetro e magnetômetro, o "ÁLVARO ALBERTO" é navio perfeitamente adequado à realização das tarefas geofísicas visando ao levantamento da plataforma continental brasileira, de acordo com os parâmetros estabelecidos no Art. 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.



• NOC Álvaro Alberto no ato da Incorporação

O Gerenciamento Costeiro no Brasil

"Entende-se, em princípio, como Zona Costeira a área de interação do ar, da terra e do mar, incluindo seus recursos marinhos e terrestres, renováveis ou não, podendo conter a faixa marítima, o solo e o subsolo marinhos de jurisdição nacional, setores de abrasão e sedimentação, planícies de restinga e sistemas lagunares, planícies e terras baixas sublitorâneas sob influência das marés e as bacias hidrográficas da retroterra.

"Zona Costeira é a área de interação do ar, da terra e do mar, incluindo seus recursos marinhos e terrestres; o solo e o subsolo"

Tão ampla e tão complexa zona constitui, por si só, um sistema geográfico especial, não apenas pela convergência de fatores ambientais do continente e do oceano, mas também pela milenar atração que exerce sobre o homem. Os principais ecossistemas ali formados caracterizam-se por forte produtividade orgânica e pelas conseqüentes atividades de pesca e maricultura. Elementos nutritivos inorgânicos que estimulam o crescimento dos vegetais marinhos são transportados pelas bacias hidrográficas para o oceano e, além disso, sedimentos depositados no fundo, em áreas costeiras suficientemente rasas, podem ser reconduzidos à superfície pela dinâmica da massa líquida. A produção orgânica que resulta desses fatos explica a razão por que cerca de 50% da pesca em todo o mundo provém de águas costeiras.

"A zona costeira congrega fatores ambientais do continente e do oceano. Suas potencialidades devem ser conhecidas e ordenadas, objetivando um modo racional de administrá-las"

É assim que duas características de tais ecossistemas – sua proximidade de regiões de grande densidade populacional e sua importância na produção de pescado – condicionam conflitos de interesses entre diversos setores: urbanismo, indústria, pesca, turismo etc. A zona a ser administrada situa-se na faixa de maior contato do País com as demais nações, abriga os portos e terminais marítimos, por onde se importam insumos e escoam a produção em sua maior parte. Desse modo, a zona costeira testemunha e realiza as trocas entre o continente e o mar, não só nos planos físico, químico, biológico e geológico, mas também nos campos político, econômico e social.

A complexa potencialidade dessa área, objeto de preocupação do poder público, deve ser convenientemente conhecida e ordenada, para que se alcance um modo racional de administrá-las.

"A SECIRM com o auxílio de outros órgãos do governo, responsabiliza-se pela condução central do Gerenciamento Costeiro, promovendo harmônica e sistematicamente o apoio aos Estados e Territórios litorâneos e estimulando-os a criarem programas próprios e integrados"

A complexidade das ações de ordenamento territorial em área tão extensa e importante sugere a necessidade de cuidadosa integração, que garanta sua eficácia. Tratando-se, por outro lado, de definir o uso racional da zona costeira em cada região, não há como fugir a dois princípios básicos: primeiro, que a coordenação seja descentralizada, isto é, que a direção do processo se faça a nível regional; em segundo lugar, que se auscultem de forma eficiente as comunidades, de modo a atender às suas aspirações legítimas.

Tais premissas não podem, no entanto, invalidar ou desconsiderar aspirações maiores, da Sociedade como um todo, que não se limitem a interesses meramente paroquiais, mas que representem o sentimento nacional e, até, necessidade da própria comunidade humana, já que fatos ecológicos não se contêm em fronteiras políticas.

"O uso racional da zona costeira obedece a dois princípios básicos: primeiro, que a coordenação seja descentralizada, que se faça a nível regional; segundo, que sejam consultadas as comunidades envolvidas"

Assim, a condução central do Gerenciamento Costeiro encontra-se a cargo da SECIRM, que dirigirá um Grupo de Coordenação de nível federal, na qual estarão representados os órgãos do governo que têm competência legal de atuação na zona costeira. Mas a estratégia básica é prover, de forma harmônica e sistemática; o apoio técnico e financeiro aos Estados e Territórios litorâneos, estimulando-os a criarem programas próprios, dentro de uma metodologia comum. Tal metodologia se enriquecerá, na dinâmica de seu emprego, e esse enriquecimento se comunicará a todos os Estados.

Em 1987, com uma verba inicial bastante reduzida, foi possível iniciar em seis Estados, nomeadamente Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Norte, um programa de gerenciamento costeiro.

"A promulgação da Lei nº 7.661 coroa ampla discussão nos campos técnico e jurídico, que levam em conta as Políticas Nacional de Recursos do Mar e de Meio Ambiente"

Técnicas modernas de sensoramento remoto estão sendo empregadas, em laboratório montado, com apoio da CIRM, no Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IOUSP), as quais permitem acelerar-se o processo de mapeamento temático de parâmetros físicos.

Com a promulgação da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, vem de ser instituído o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. É uma síntese de profundos estudos e discussões, nos campos técnico e jurídico, que, com rara felicidade, integra, para o caso específico da zona costeira, as Políticas Nacional de Recursos do Mar e de Meio Ambiente.

Levantamento da Plataforma Continental e Mineração Oceânica

Nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, cujo texto foi aprovado pelo Congresso Nacional, pelo Decreto Legislativo nº 5, de 9 de novembro de 1987, a CIRM tem, sob sua responsabilidade, entre outras, a coordenação e o controle das seguintes atividades:

a) o levantamento da plataforma continental brasileira; e

b) as tarefas de mineração oceânica, que visam ao registro do Brasil como investidor pioneiro, de acordo com o que preceitua a Resolução II da referida Convenção.

"Estão sob a responsabilidade da CIRM as atividades de levantamento da plataforma continental brasileira e de mineração oceânica"

Os trabalhos de levantamento da plataforma continental são conduzidos por uma Subcomissão e um Comitê Executivo, criados a 2 de dezembro de 1986. A Subcomissão é coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores e conta com representantes dos Ministérios da Marinha, da Educação, das Minas e Energia e da Ciência e Tecnologia. O Comitê Executivo é coordenado pela SECIRM, e conta com representantes da PETROBRÁS, da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Programa de Geologia e Geofísica Marinhas (PGGM) e da Comunidade Científica.

No período de 18 de junho a 27 de agosto de 1987, foi realizada a I Comissão de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, com o emprego do Navio Oceanográfico "Almirante Câmara", da DHN, na área

do platô de São Paulo. Na oportunidade, utilizou-se equipamento de elevado nível de sofisticação, necessário não só ao correto posicionamento dos perfis sísmicos, mas também à obtenção e ao registro de dados.

Foram totalizados, na comissão, 4.625 km de perfilação sísmica, 3.450 km de gravimetria e 4.387 km de magnetometria. Empregou-se magnetômetro de precessão nuclear, para medida de campo total magnético da Terra; na coleta de dados gravimétricos, um gravímetro fornecia

"Foi adquirido em 1986, por decisão do Ministro-Coordenador da CIRM, o Navio Oceanográfico "Alte. ÁLVARO ALBERTO", para atuar nas atividades de levantamento da plataforma continental brasileira e mineração oceânica"

leitura relativa da variação do campo; usou-se o método de sísmica de reflexão com cobertura múltipla e canhões de ar como fonte sonora, na obtenção de dados sísmicos; um conjunto de três compressores de cinco estágios fornecia o ar comprimido necessário; captava-se a energia refletida pelas camadas subsuperficiais do solo marinho através de um conjunto de hidrofones, os quais compõem o cabo sísmógrafo, com 96 canais. Gravaram-se todos os dados em fitas magnéticas, para serem processados e interpretados em terra.

Ao final do ano de 1986, o Ministro Coordenador da CIRM decidiu adquirir um meio flutuante adequado ao levantamento da plataforma continental. Após a realização de inspeções nos navios disponíveis, adquiriu-se o R/V GRANT MARINER, futuro Navio Oceanográfico "Almirante Álvaro Alberto", que chegou ao Rio de Janeiro em 21 de setembro de 1987. Depois de passar por período de adaptações pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, prepara-se para ser empregado na plataforma continental. Em consequência, em 6 de junho de 1988, o "Almirante Álvaro Alberto" foi incorporado à Marinha, devendo realizar sua primeira campanha em apoio ao Levantamento da Plataforma Continental de julho a outubro de 1988.

A execução do levantamento da plataforma, além da expressiva con-

tribuição para o conhecimento de novas técnicas e metodologias de trabalho nas áreas de geologia e geofísica marinhas, permitirá ao País incorporar uma extensa faixa marítima, além das 200 milhas náuticas, nos termos do Art. 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Quanto à mineração oceânica, encontra-se em fase inicial de desenvolvimento. De acordo com a Resolução II da Convenção, os países que desejarem reivindicar, junto à ONU, o registro como investidores pioneiros, deverão fazê-lo até a data de entrada em vigor da citada Convenção, o que se calcula que poderá ocorrer no início da próxima década.

Em 29 de abril de 1987, o Ministro Coordenador da CIRM criou uma Subcomissão com a competência de elaborar subsídios ao planejamento governamental decorrente do eventual registro do Brasil como investidor pioneiro. A CIRM, em setembro de 1987, aprovou recomendação da Subcomissão sobre a necessidade de dar-se início, tão logo possível, à realização dos trabalhos preliminares de prospecção, em áreas do Atlântico Sul fora da jurisdição nacional, com vistas a determinar possíveis sítios com boa incidência média de nódulos polimetálicos. Espera-se iniciar tais trabalhos ainda este ano.

"A execução do levantamento da plataforma, além da expressiva contribuição para o conhecimento de novas técnicas e metodologias de trabalho nas áreas de geologia e geofísica marinhas, permitirá ao País incorporar uma extensa faixa marítima, além das 200 milhas náuticas, nos termos do Art. 76 da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar"

Até o momento, somente a Índia, a França, o Japão e a União Soviética tiveram aceitos seus pedidos de registro junto à ONU como investidores pioneiros. O Brasil poderá formar, brevemente, ao lado desses países, detentores de alta tecnologia no setor de prospecção de minerais marinhos, com evidentes benefícios para a Nação.

Passagem de Cargo de Secretário-Adjunto

A 26 de abril passado, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Lucimar Luciano de Oliveira assumiu o cargo de Secretário-Adjunto da CIRM. Recebeu-o do Capitão-

de-Mar-e-Guerra Marcos Augusto Leal de Azevedo, que assumirá, proximoamente, em Santiago do Chile, o cargo de Adido Naval junto à Embaixada do Brasil naquele país.



• Lucimar recebe de Leal as funções de Secretário-Adjunto da CIRM

Equipe Belga Pesquisa em "FERRAZ"

Durante cerca de 25 dias, o Professor Claude de Broyer, biólogo belga, com seus modernos equipamentos, esteve efetuando coleta de material e pesquisa com organismos marinhos na Baía do Almirantado, Ilha Rei George, Antártica.

Nesse tempo, juntamente com sua equipe, ficou instalado e recebeu apoio da Estação Antártica "Comandante Ferraz", trocando sempre informações com o Professor Phan Van Ngan, do Instituto Oceanográfico da USP.

De volta à Bélgica, o Prof. Broyer, através de mensagem, expressou efusivos agradecimentos ao PROANTAR pelo convite para participar da Expedição Antártica VI. Dela reproduz-se o seguinte trecho: "O apoio e as boas vindas em Ferraz foram excelentes e a cooperação do Prof. Phan do IOUSP e de sua equipe, bastante produtiva.

Juntos, esperamos continuar este programa no próximo ou no ano seguinte. Um relatório da equipe belga em "Ferraz" ser-lhes-á enviado em breve".

V Congresso Brasileiro de Meteorologia

A SOCIEDADE BRASILEIRA DE METEOROLOGIA, com o apoio de diversas entidades públicas e privadas, está organizando o V Congresso Brasileiro de Meteorologia, a ser realizado no período de 7 a 11 de novembro de 1988, na cidade do Rio de Janeiro.

O tema geral do Congresso será: METEOROLOGIA - O TEMPO E O CLIMA. As atividades constarão de conferências, sessões técnicas, painéis, mesas redondas e reuniões de trabalho.

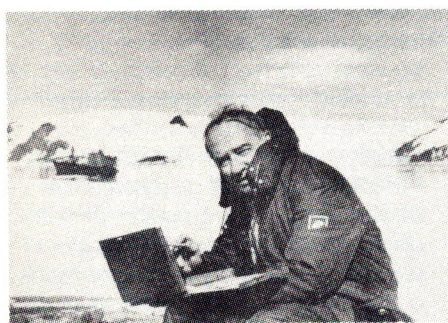
O calendário para apresentação de trabalhos será o seguinte:

- Recebimento de resumos (200-300 palavras) 30/06/88
- Resposta de aceitação pelo Comitê Científico 30/07/88
- Recebimento dos trabalhos completos (máximo 5 páginas) 30/09/88.

Os resumos e os trabalhos completos, assim como quaisquer outros tipos de correspondência, deverão ser encaminhados à SBMET no endereço abaixo:

SOCIEDADE BRASILEIRA DE METEOROLOGIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
CAIXA POSTAL 68549
21941 - Ilha do Fundão - RJ.

EXPOSIÇÃO DE OSCAR TECIDIO



Oscar Tecidio é o primeiro pintor brasileiro a pintar o Continente Antártico. Suas obras serão expostas, do dia 25 de agosto a 5 de setembro próximos, na galeria de arte MARIA AUGUSTA, no Shopping Cassino, na Avenida Atlântica, 4.240, Rio de Janeiro.

Pintando a Baía do Almirantado - Ilha Rei George - Estação Comte. "Ferraz".

Mar, a Grande Meta

Melhorar os níveis de pesquisa e de ensino das Ciências do Mar e servir de apoio a estudantes e pesquisadores são os objetivos de convênio firmado entre a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura e a Indústria Naval do Ceará, para a construção de barco motorizado. O contrato, formalizado no dia 6 de maio, teve como signatários o Secretário Executivo da FCPC, Renato Azevedo-Moreira, e a Sra. Elisa Gradvohl Bezerra, Diretora-Superintendente daquela

empresa. O projeto foi aprovado pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, representada na ocasião pelo Capitão-de-Fragata Ênio Reinaldo Frischeisen que, junto com o vice-reitor Raimundo Holanda Farias, testemunhou a assinatura do contrato de construção. A embarcação dará importante contribuição ao projeto maior de estudo da costa brasileira e exploração dos nossos recursos marinhos, como assinalou o professor Carlos Tassito, Diretor do Laboratório de Ciências do Mar.

Notícias da SECIRM

NAVIO OCEANOGRÁFICO "ALMIRANTE CÂMARA" RESISTE GALHARDAMENTE AO MAU TEMPO

Atravessando o Canal de Drake em demanda do Mar de Weddell, o "Almirante Câmara" enfrentou, no mês de fevereiro, um centro de baixa de grande intensidade. Vagas de elevada amplitude configuraram "mar 10" na escala "Beaufort". O Comandante e a tripulação do navio, com profissionalismo e fé, puderam enfrentar e vencer mais esse desafio, apoiados pelas orações de todos os que, do Brasil, acompanhavam os fatos.

COMEMORAÇÃO DA PÁScoa NA ANTÁRTICA

Demonstrando o alto espírito religioso predominante entre os poloneses, a Tripulação da Base de "Arctowski" convidou os brasileiros da Estação "Ferraz" à comemoração da Páscoa. O Comandante Alencar atendeu ao gentil convite, e confraternizou com os poloneses por ocasião dessa importante data litúrgica.

ESPECIALIZAÇÃO EM GEOLOGIA E GEOFÍSICA MARINHA

O Departamento de Geologia da Universidade Federal Fluminense através de seu Laboratório de Geologia Marinha, estará oferecendo curso de especialização em Geologia e Geofísica Marinha no período de julho a dezembro de 1988.

O curso abordará fundamentos, métodos e aplicações de Geologia e Geofísica Marinha, bem como o treinamento intensivo nas técnicas de utilização dos dados geofísicos e posterior interpretação geológica dos mesmos. O programa estabelecido

habilitará, também, os alunos ao prosseguimento em curso de pós-graduação "stricto sensu".

O curso é dirigido a profissionais do ramo de Geociências, especialmente geólogos e oceanógrafos.

CURSO DE HIDROBIOLOGIA

O Instituto de Química da Universidade Federal Fluminense (UFF) estará promovendo, de 27/06 a 15/07/88, o curso de "Hidrologia de Estuários, Lagoas e Sistemas Costeiros", que será conduzido pelo Prof. Björn Kjerfve, da "University of South Carolina".

GERCO TEM NOVO SUB-SECRETÁRIO

Assumiu, a partir de 26 de abril passado, as funções de Sub-Secretário para Gerenciamento Costeiro, o Capitão-de-Fragata (AA) Enio Reinaldo Frischeisen, recebendo-as do Capitão-de-Mar-e-Guerra Luciano de Oliveira.

PSRM - CONCESSÃO DE AUXÍLIOS

A Subcomissão do PSRM, tendo em vista a presente escassez de recursos, decidiu limitar a concessão de novos auxílios para viagens, tanto no País como ao exterior, para focalizar o esforço principal no apoio a projetos de pesquisa. Em consequência, a SECIRM sugere que as solicitações, visando à participação em congressos e eventos semelhantes, sejam preferencialmente apresentados a outras agências financiadoras, reservando-se o recurso à CIRM para situações excepcionais.

ATIVIDADES DA SECIRM

A Secretaria da CIRM participou, no trimestre abril a junho, dos seguintes eventos principais:

- 07/04 - Chegada ao Rio de Janeiro do NOC "Almirante Câmara".
- 07/04 - Entrevista com o Governador de São Paulo.
- 09/04 - Chegada ao Rio de Janeiro do NApOc "Barão de Teffé".
- 14/04 - 21ª Reunião do Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CNPA).
- 17 a 18/04 - VI Simpósio Latinoamericano e V Simpósio Brasileiro de Aqüicultura em Santa Catarina.
- 26/04 - Passagem de funções de Secretário-Adjunto.
- 27/04 - Abertura do I Seminário sobre Ciências Atmosféricas e Espaciais do PROANTAR.
- 06 a 31/05 - XI Reunião Anual da Comissão de Caça de Baleia, San Diego, USA.
- 09/05 - Reunião da COFAMAR no Rio de Janeiro.
- 16/05 - Visita do Chefe do Estado-Maior do Reino Unido.
- 27/05 - Incorporação do NOC "Almirante Álvaro Alberto".
- 02 a 03/06 - Inspeção na ESANTAR e visita à UNISINOS.
- 09/06 - 22ª Reunião do Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CNPA).
- 09 a 17/06 - Conferência sobre Novos Desenvolvimentos em Ciência e Tecnologia Marinhas em Kingston - USA.
- 14/06 - Saída do 5º Vão de Apoio para a Antártica.
- 15/06 - 17ª Reunião Ordinária do CONAMA.
- 16/06 - Chegada do 5º Vão de Apoio.
- 22/06 - Palestra sobre a Política Marítima na Escola de Guerra Naval.
- 23/06 - 91ª Sessão Ordinária da CIRM.
- 25/06 a 02/07 - Simpósio sobre a Antártica - Escuela Diplomática - Madrid - Espanha.

- DESEJO RECEBER GRATUITAMENTE O INFORMATIVO DA CIRM
- SOLICITO MUDAR MEU ENDEREÇO PARA:

NOME:
CARGO OU FUNÇÃO:
INSTITUIÇÃO:
ENDEREÇO:
CIDADE: UF CEP
ENVIE PARA:

Secretaria da CIRM, Ministério da Marinha 70.055 Brasília-DF

EXPEDIENTE

Informativo CIRM
Publicação trimestral da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM)

Correspondência

Secretaria da CIRM
Ministério da Marinha - Esplanada dos Ministérios - 70055 - Brasília-DF.

APÓIO  **OBJETIVO**

ENEB comunicação Ltda.

CIRM Aprova Subprojetos do PSRM para 1988

Nas 90ª e 91ª Sessões, realizadas, respectivamente, nos dias 12 de maio e 23 de junho passados, o Plenário da CIRM aprovou os seguintes auxílios a subprojetos do PSRM para 1988:

- Cultivo de Organismos Meroplânctônicos em Laboratório (CBM/UFPR) Cz\$ 4.207.311,00
- VI Simpósio Latinoamericano e V Brasileiro de Aquicultura (ABRAQ/SC) . Cz\$ 84.414,00
- Aquisição de Embarcação de Pesquisa (LABOMAR/UFCE) Cz\$ 27.000.000,00

- Estrutura e Dinâmica do Sistema Lagoa dos Patos (FURG/F.ZOOB/DMA) Cz\$ 151.604.217,00
- Identificação, Biologia e Cultivo de Tainha (IP/SP) Cz\$ 28.053.656,00
- Solicitação de apoio a pesquisador no Exterior (LABOMAR/UFCE) Cz\$ 35.571,00
- Manutenção do NPq Malacostraca (FIPERJ) Cz\$ 6.528.926,00
- Sistema de Recuperação e Plotagem de Dados Geológicos-PLOTGEO-(LAGEMAR/UFF) .. Cz\$ 6.029.288,00
- Desenvolvimento e Otimização de Técnicas Analíticas para Substâncias Orgânicas em Ambientes Naturais (UFF) Cz\$ 5.394.316,00

- Auxílio para participar do Curso de Aperfeiçoamento em Ecologia Experimental do Bentos Marinhos (FUNPEC/UFRRN) Cz\$ 107.170,00
- Geologia e Geofísica Marinha da Área entre a Baía de Camamu e a Foz do Rio Anhangaba (UFBA) .. Cz\$ 800.000,00
- Prospecção e Avaliação da Biomassa, por Métodos Hidroacústicos, da Sardinha Verdadeira na Região entre Macaé (RJ) e Cabo de Santa Martha (SC) - (IO/USP) Cz\$ 10.216.933,00
- Auxílio para publicação do Trabalho - Larval "Development of Brazilian Crab Panopeus Austrobesus, Williams", 1983 - Journal of Crustacean Biology - Convênio Brasil/Alemanha US\$ 480,00

40.ª REUNIÃO DA CAÇA DA BALEIA

Em dois períodos e locais distintos, aconteceu, neste primeiro semestre de 1988, a 40ª Reunião Anual da Comissão Internacional da Caça da Baleia - CIB. .

De 6 a 19 de maio, as reuniões foram realizadas na cidade de San Diego, Califórnia, E U A Já o segundo período realizou-se de 24 de maio a 3 de junho, na cidade de Auckland, Nova Zelândia.

A Delegação Brasileira esteve chefiada pelo Ministro-Conselheiro João Gualberto Marques Porto, contanto ainda com as participações do CF (FN) RRm Octávio Augusto Botafogo Gonçalves e da Bióloga Dra. Vera Maria Ferreira da Silva, ambos representando a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, e da Engenheira de Pesca, Dra. Jesuína Maria da Rocha, representando a SUDEPE.

O Brasil teve destacada atuação, tendo participado dos seguintes eventos: Subcomitê da Baleia Minke no Hemisfério Sul; Subcomitê dos Pequenos Cetáceos; Subcomitê "ad hoc" da Avaliação Global dos Estoques; Grupo de Trabalho sobre Matança Humanitária; Grupo de Trabalho sobre Operação da Convenção; Comitê da Administração e Finanças; Grupo de Trabalho sobre Definição de Modalidade de Caça; Subcomitê de Caça Aborígine e de Subsistência; Grupo de Trabalho Conjunto do Comitê Científico e Técnico.

Antes do encerramento dos trabalhos, o Plenário da Comissão reuniu-se nos dias 1, 2 e 3 de junho, para discutir as conclusões a que se chegou, analisá-las e propor as medidas que se fizessem necessárias.

Paralelamente, foram realizadas eleições

para as seguintes funções:

Presidente da CIB: Dr. S. IRGERGE, da Suécia.

Presidente do Comitê Técnico: Dr. FLEISCHER, do México.

Vice-Presidente do Comitê Técnico: Dr. PINEY, da França.

Presidente do Comitê Científico: Dr. BROWNELL, dos EUA.

Vice-Presidente do Comitê Científico: Dr. HAMMOND, da Inglaterra.

Vale ressaltar que, em todas suas participações, o Ministro-Conselheiro Marques Porto teve extraordinária atuação, tendo contribuído, de forma extremamente destacada, para as conclusões positivas que foram alcançadas nesta 40ª Reunião Anual da Comissão Internacional da Caça da Baleia.

Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
Secretaria da CIRM
Ministério da Marinha - 4º Andar
70.055 - Brasília-DF

Porte Pago
DR/BSB
ISR - 47-475/86



MAR - RIQUEZA E CAMINHO